

RECURSOS E PROCESSOS *nos tribunais*



Vinicius Silva Lemos

3ª edição

Revista, ampliada e atualizada

2018



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa:  Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

L555r Lemos, Vinicius Silva.
Recursos e processos nos tribunais/ Vinicius Silva Lemos – Salvador: Editora JusPodivm,
2018.
960 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1887-7.

1. Direito Processual Civil. 2. Recursos. 3. Processos nos tribunais. I. Lemos, Vinicius Silva.
II. Título.

1122159

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. DO DIREITO DE RECORRER.....	39
2. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	43
2.1 Recurso	43
2.2 Remessa Necessária.....	46
2.2.1 A dúvida da natureza jurídica da remessa: recurso?.....	48
2.2.2 A amplitude material da remessa necessária	50
2.2.3 A concomitância entre remessa necessária e o recurso.....	51
2.2.4 A dispensa de remessa necessária	52
2.2.4.1 O conteúdo quantitativo da decisão e a dispensa da remessa necessária	52
2.2.4.2 A decisão fundada em precedentes judiciais vinculantes e a dispensa de remessa necessária.....	53
2.2.5 A decisão parcial de mérito e a total simetria com a remessa necessária	54
2.2.6 A decisão concessiva da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente e a remessa necessária.....	56
2.2.7 A ação monitória e remessa necessária	59
2.3 Competência Originária.....	60
2.4 Composição dos tribunais.....	62
3. DOS ATOS JUDICIAIS.....	65
3.1 Do ato judicial não suscetível a recurso	65
3.2 Dos atos judiciais suscetíveis a recurso	67
3.2.1 Sentença.....	68
3.2.2 Decisão Interlocutória	69
3.2.3 Decisão Monocrática	71
3.2.3.1 Espécies de Decisão Monocrática.....	74
3.2.4 Acórdão.....	76
4. PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	79
4.1 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	79

4.2	Princípio da Taxatividade.....	82
4.3	Princípio da Singularidade e da Correspondência	84
4.4	Princípio da Dialecticidade.....	85
4.5	Princípio da Fungibilidade.....	87
4.6	Princípio da Voluntariedade	91
4.7	Princípio da Proibição da <i>Reformatio In Pejus</i>	92
4.8	Princípio da Consumação	95
4.9	Princípio da Complementaridade.....	96
4.10	Princípio da Adstrição ou Congruência Recursal.....	97
4.11	Princípios do CPC/2015 e o impacto na esfera recursal	101
4.11.1	Princípio da primazia ao julgamento de mérito.....	101
4.11.2	Princípio da cooperação processual.....	104
4.11.3	Efetividade do princípio do contraditório e a impossibilidade de decisões surpresas.....	108
4.11.4	A fundamentação da decisão judicial como norma fundamental...	112
4.11.5	A cláusula geral de livre negociação como norma fundamental: o impacto do negócio jurídico processual no âmbito recursal....	117
5.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	123
5.1	Quanto ao âmbito.....	123
5.2	Quanto ao momento	125
5.3	Quanto à fundamentação	128
5.4	Quanto ao objeto	130
6.	JUÍZO RECURSAL.....	133
6.1	Do juízo de admissibilidade recursal	134
6.2	Requisitos Genéricos de Admissibilidade Recursal.....	137
6.2.1	Requisitos Intrínsecos/Subjetivos.....	138
6.2.1.1	Legitimidade.....	138
6.2.1.2	Interesse de recorrer	141
6.2.1.3	Inexistência de atos de disposição	143
6.2.2	Extrínsecos/Objetivos.....	147
6.2.2.1	Cabimento e Adequação	147
6.2.2.2	Tempestividade	148
6.2.2.3	Preparo	156
6.2.2.4	Regularidade procedimental	165
6.3	Consequências do Juízo de Admissibilidade	166
6.3.1	Juízo positivo de admissibilidade	167
6.3.2	Juízo negativo de admissibilidade	168
6.3.3	A flexibilização (relativização) do cumprimento dos requisitos de admissibilidade	170
6.4	Juízo de mérito recursal.....	172

6.4.1	<i>Erro in procedendo e erro in judicando</i>	173
6.4.2	Pedido recursal e as respostas do órgão colegiado.....	175
7.	EFEITOS RECURSAIS	177
7.1	Efeito obstativo	177
7.2	Efeito Suspensivo.....	179
7.3	Efeito Devolutivo.....	183
7.4	Efeito Substitutivo	186
7.5	Efeito Translativo.....	188
7.6	Efeito Expansivo	193
7.7	Efeito regressivo.....	195
7.8	Efeito diferido	196
7.9	Efeito Interruptivo.....	197
7.10	Efeito Desobstrutivo	199
8.	ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	201
8.1	Protocolo, registro e distribuição	202
8.2	A produção de prova em tribunal.....	203
8.3	Do processamento perante o órgão fracionário	205
8.3.1	Da ordem cronológica de julgamento perante o Tribunal.....	205
8.3.2	A análise preliminar e as providências pelo relator: a possibilidade de sanabilidade recursal.....	207
8.3.3	Do julgamento monocrático	208
8.4	Remessa ao colegiado para julgamento	210
8.5	Da sustentação oral	212
8.6	O pedido de vista.....	213
8.7	A suscitação de fato ou fundamento superveniente	214
8.8	Do resultado do julgamento colegiado.....	217
8.8.1	Técnica de julgamento do art. 942	218
8.8.2	A procedimentalidade do art. 942.....	220
8.8.3	O art. 942 e os embargos de declaração.....	222
8.8.4	O art. 942 e o julgamento do agravo interno	223
8.8.5	O art. 942, o agravo de instrumento e a ação rescisória.....	224
8.8.6	O art. 942 e o mandado de segurança.....	225
8.8.7	As hipóteses em que a técnica do art. 942 não pode ser aplicada.....	226
8.8.8	Espécies de dispersão de votos e a sua influência no art. 942.....	227
8.9	Os honorários advocatícios recursais	229
8.10	Modificação do voto.....	231
8.11	Lavratura e publicação do acórdão	231
9.	RECURSOS EM ESPÉCIE – APELAÇÃO	233
9.1.	Amplitude da apelação.....	234

9.1.1	Devolutividade da apelação – <i>Tantum devolutum quantum appellatum</i>	234
9.1.1.1	Das argumentações e finalidades da apelação.....	235
9.1.1.2	Possibilidade de reexame de provas	237
9.1.1.3	As questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas.....	237
9.1.1.4	O pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento dos demais.....	239
9.1.2	Momento de impugnar as decisões interlocutórias não passíveis de agravo de instrumento.....	240
9.1.2.1	O requisito da impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis: formalidade ou subjetividade?.....	242
9.1.2.2	O caráter de recurso das contrarrazões do vencedor...	243
9.1.2.3	Características das contrarrazões como apelação do vencedor	244
9.1.2.4	O contraditório e a ordem de julgamento	246
9.1.3	A impugnação da tutela provisória na apelação.....	247
9.1.4	Possibilidade de suscitar questões de fato não realizadas no juízo anterior.....	249
9.2	Forma de interposição	250
9.3	Efeito suspensivo automático da apelação	251
9.3.1	A impossibilidade do efeito suspensivo alcançar as decisões interlocutórias impugnadas na apelação	253
9.4	Das exceções ao efeito suspensivo da apelação	253
9.4.1	A possibilidade de pedido avulso de efeito suspensivo nas hipóteses excepcionais	255
9.5	Ampliação da teoria da causa madura.....	256
9.5.1	As matérias possíveis de utilização da teoria da causa madura...	259
9.6	Efeito regressivo da apelação	262
9.7	Novo processamento da apelação	263
9.8	Recursos que também impugnam a sentença	265
9.8.1	Recurso inominado em juizado especial cível.....	265
9.8.2	Recurso ordinário em decisão da Justiça Federal com ente estrangeiro <i>versus</i> Município ou cidadão domiciliado no Brasil.....	266
9.8.3	Embargos infringentes de alçada e o recurso extraordinário.....	267
9.8.4	Agravo de instrumento na Lei 11.101/2005.....	268
10.	AGRAVO DE INSTRUMENTO	269
10.1	Conceito.....	269
10.1.1	Novo conceito de decisão interlocutória.....	271
10.1.2	As espécies de decisões interlocutórias: agraváveis e não agraváveis.....	272

10.1.3	As decisões agraváveis e a relação com a preclusão	272
10.1.4	As hipóteses não passíveis de agravo de instrumento e a preclusão não imediata	274
10.2	Modalidades de cabimento do agravo de instrumento	277
10.2.1	Rol de hipóteses de cabimento no processo de conhecimento ...	277
10.2.1.1	Tutelas provisórias	278
10.2.1.2	Mérito do processo	281
10.2.1.3	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	285
10.2.1.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	287
10.2.1.5	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	289
10.2.1.6	Exibição ou posse de documento ou coisa	292
10.2.1.7	Exclusão de litisconsorte	293
10.2.1.8	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	294
10.2.1.9	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros .	296
10.2.1.10	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	298
10.2.1.11	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	300
10.2.2	Hipóteses amplas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	303
10.2.3	As hipóteses escondidas de agravo de instrumento: a decisão parcial sem mérito e a decisão de distinção em primeiro grau ...	306
10.2.3.1	A decisão parcial sem mérito	306
10.2.3.2	A decisão de distinção em primeiro grau	307
10.2.4	A possibilidade de interpretação extensiva do agravo de instrumento	308
10.2.4.1	A regra pela faculdade da não preclusão da decisão não agravável em hipótese de interpretação extensiva do agravo de instrumento	311
10.2.5	O agravo de instrumento e a impossibilidade de arrastamento de hipóteses não agraváveis	313
10.2.6	A desnecessidade de protesto antipreclusivo: a antinomia do art. 278 e o art. 1.009, § 1º	314
10.3	Forma de interposição	318
10.3.1	A desnecessidade de cópias obrigatórias quando os autos forem eletrônicos	320
10.3.2	A conjunção do art. 218, § 4º e o art. 1.017, § 5º: a interposição do agravo de instrumento, em autos eletrônicos, independe da ciência da decisão	321
10.4	Processamento do agravo de instrumento	324

10.4.1	Efeitos do agravo de instrumento	324
10.4.2	Possibilidade da decisão monocrática pelo relator	326
10.4.3	O pedido de antecipação da tutela recursal	327
10.4.4	Julgamento não unânime em matéria de mérito.....	329
10.4.5	Petição de informação do art. 1.018.....	330
10.4.6	Juízo de retratação ou efeito regressivo	331
10.4.7	A existência de agravo de instrumento e apelação no Tribunal concomitantemente.....	332
10.4.8	Agravo de instrumento e honorários advocatícios	334
10.4.9	Agravo de instrumento e a possibilidade de extinção do pro- cesso	335
11.	AGRAVO INTERNO.....	337
11.1	Conceito.....	337
11.1.1	Fim da divergência entre agravo interno e regimental.....	338
11.2	Decisões impugnáveis pelo agravo interno.....	339
11.3	Mérito do agravo interno	341
11.3.1	A impugnação da decisão monocrática interlocutória ou homo- logatória.....	343
11.3.2	O equívoco do relator ao aplicar precedente	343
11.4	As inovações na tramitação do agravo interno	344
11.4.1	Da positivação do contraditório no agravo interno.....	344
11.4.2	Da possibilidade do juízo de retratação no agravo interno	345
11.4.3	Da fundamentação do acórdão que julga o agravo interno.....	346
11.4.4	Multa pela inadmissibilidade ou improvimento unânime.....	348
11.4.5	A existência de decisões monocráticas irrecorríveis	350
11.4.6	O agravo interno de distinção/superação: uma nova visão do agravo interno pela Lei nº 13.256/2016.....	351
11.5	Forma de interposição	351
11.6	O processamento do agravo interno	352
12.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	353
12.1	Conceito.....	353
12.1.1	Natureza jurídica dos embargos de declaração	355
12.2	Objetivos dos embargos de declaração.....	357
12.2.1	Omissão	357
12.2.2	Obscuridade e contradição	360
12.2.3	Erro material	361
12.2.4	Objetos dos embargos de declaração: as decisões embargáveis ..	363
12.2.4.1	A possibilidade de embargar despacho.....	364
12.2.5	A forma da decisão após os embargos.....	365
12.2.6	O interesse recursal nos embargos de declaração	365

12.3	Forma de Interposição.....	366
12.4	Efeitos dos embargos de declaração: devolutivo, interruptivo e a possibilidade do suspensivo	366
12.4.1	Efeito devolutivo.....	367
12.4.2	Efeito interruptivo	368
12.4.2.1	Efeito interruptivo e o agravo do art. 1.042: a jurisprudência do STJ.....	370
12.4.3	Efeito suspensivo	372
12.4.4	Efeito substitutivo e a sua relação com os embargos de declaração	373
12.5	Embargos de declaração com efeitos infringentes	374
12.5.1	Da necessidade de contraditório quando possível a modificação	379
12.5.2	Da possibilidade do <i>reformatio in pejus</i> por causa dos efeitos infringentes	380
12.6	Embargos de declaração protelatórios.....	381
12.7	Embargos de declaração e o princípio da complementaridade.....	382
12.8	Fungibilidade dos embargos de declaração e o agravo interno.....	385
12.9	Embargos de declaração e o prequestionamento	387
12.10	A fundamentação da resposta aos embargos de declaração	388
12.11	Embargos de declaração nos juizados especiais	388
12.12	O processamento dos embargos de declaração	389
13.	RECURSO ORDINÁRIO	391
13.1	Conceito.....	391
13.2	Objetos impugnáveis por recurso ordinário	392
13.2.1	Acórdão do STJ.....	393
13.2.2	Acórdão de TJ ou TRF.....	395
13.2.3	Sentença de vara da Justiça Federal.....	395
13.3	Interesse recursal no recurso ordinário.....	396
13.3.1	Devolução da matéria de modo idêntico à apelação	397
13.3.2	Necessidade de uma decisão de mérito denegatória quando em cabimento contra acórdão?	399
13.3.3	Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de recurso ordinário de decisão monocrática	400
13.3.3.1	Novo juízo de admissibilidade	401
13.3.3.2	Formas de interposição	402
13.4	Cabimento do agravo de instrumento em hipótese da Justiça Federal e as decisões interlocutórias não passíveis de agravo de instrumento.....	403
13.5	A teoria da causa madura e o recurso ordinário	404
13.6	O processamento do recurso ordinário.....	405

14. RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES	407
14.1 Excepcionalidade da jurisdição superior	407
14.1.1 Finalidade de proteção às normas federais e constitucionais	409
14.1.2 A consequência material para a parte do julgamento do recurso como finalidade posterior	410
14.1.3 Possibilidade recursal dependente da matéria do acórdão do Tribunal anterior.....	411
14.2 Requisitos de admissibilidade dos recursos excepcionais.....	412
14.2.1 Questões somente de direito	414
14.2.1.1 Impossibilidade de rediscussão de provas	416
14.2.1.2 A diferença da rediscussão de fato e da questão de direito na análise da valoração da prova	417
14.2.1.3 Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça – Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal.....	420
14.2.1.4 Necessidade da especificação do permissivo legal contrariado	421
14.2.2 Esgotamento das vias recursais internas do tribunal recorrido.....	423
14.2.2.1 A necessidade de interposição de todos os recursos possíveis na instância anterior	424
14.2.2.2 A supressão de instância na interposição sem o devido esgotamento das vias recursais internas do Tribunal... ..	425
14.2.2.3 A impossibilidade de recurso para Tribunal Superior contra decisão monocrática.....	426
14.2.2.4 A exceção ao esgotamento das vias recursais: a dúvida sobre a interposição dos embargos de divergência e o recurso extraordinário	428
14.2.3 Prequestionamento	429
14.2.3.1 Formas de prequestionamento.....	431
14.2.3.1.1 A interposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento	432
14.2.3.1.2 Os embargos de declaração, a violação ao art. 1.022 como questão federal e o prequestionamento ficto.....	433
14.2.3.2 Prequestionamento explícito e implícito	435
14.2.3.2.1 Prequestionamento explícito.....	435
14.2.3.2.2 Prequestionamento implícito.....	436
14.2.3.3. Dicotomia entre os entendimentos do STJ e o STF e a possível aderência de entendimentos.....	438
14.2.3.3.1 Súmula 211 do STJ e o seu entendimento sobre prequestionamento	438
14.2.3.3.2 Da súmula 356 do STF e o reconhecimento do prequestionamento ficto	442

14.2.3.3.3	A instabilidade da aplicação da súmula 356 no Supremo Tribunal Federal e a aderência ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça	444
14.2.3.4	O prequestionamento no CPC/2015	446
14.2.3.4.1	A escolha pelo prequestionamento ficto ..	447
14.2.3.4.2	Pontos processuais favoráveis ao prequestionamento ficto.....	448
14.2.3.4.3	O impacto da escolha do CPC/2015 de processo na jurisprudência dos Tribunais Superiores	449
14.2.3.4.3.1	O impacto no Superior Tribunal de Justiça...	449
14.2.3.4.3.2	O impacto no Supremo Tribunal Federal....	451
14.2.3.4.4	O aproveitamento processual do art. 1.029, § 3º e o prequestionamento	451
14.2.3.5	A relativização do prequestionamento como requisito de admissibilidade quando presente a repercussão geral .	453
14.2.3.6	O prequestionamento mesmo quando ventilado somente no voto vencido	456
14.2.3.7	O prequestionamento e a questão de ordem pública ou cognoscíveis de ofício	457
14.2.3.8	A opção pelo jurisdicionado	458
14.2.3.9	A necessidade de ressignificação conceitual de causa decidida para compatibilidade com o art. 1.025.....	460
14.3	Fungibilidade entre os recursos: especial e extraordinário.....	461
14.3.1	A necessidade da complementação na hipótese do recurso especial aceito como recurso extraordinário	467
14.3.2	A complementação inversa: recurso extraordinário aceito como especial	468
14.3.3	A necessidade de permissão de prazo para as contrarrazões recursais após a fungibilidade	468
14.3.4	O problema da cumulação de pedidos na ação e no recurso excepcional: a fungibilidade diante dessa hipótese.....	469
14.3.5	O impacto da Lei nº 13.256/2016 na fungibilidade dos recursos excepcionais	470
14.4	Concomitância entre os recursos excepcionais.....	471
14.5	A flexibilização (relativização) da admissibilidade recursal	474
14.5.1	A flexibilização (relativização) da admissibilidade eu juízo bipartido: o problema de simetria	477
14.5.2	A necessidade de contraditório prévio para a inadmissibilidade? ...	479
14.6	Interposição dos recursos excepcionais em agravo de instrumento e a extinção da forma retida.....	480

14.7	O juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais.....	482
14.7.1	O juízo de admissibilidade realizado pelo presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido.....	483
14.7.2	O juízo de admissibilidade realizado pelo relator no Tribunal Superior	484
14.7.3	As críticas ao texto original e a alteração via Lei n. 13.256/2016.....	484
14.7.4	Outras atribuições do presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido no momento do juízo de admissibilidade.....	487
14.7.4.1	As novas hipóteses de negativa de admissibilidade: recursos repetitivos e repercussão geral.....	487
14.7.4.2	Remeter ao órgão fracionário recorrido para a realização de juízo de retratação pela discordância a recurso repetitivo ou repercussão geral	488
14.7.4.3	Sobrestar os recursos excepcionais idênticos a recursos repetitivos ou repercussão geral não julgados	488
14.7.4.4	Selecionar recursos representativos da controvérsia para a decisão de afetação regional	489
14.7.4.5	Somente realizar o juízo de admissibilidade positivo em determinadas hipóteses.....	489
14.7.5	A PEC 10/2017 do Senado ou PEC 209/2013 da Câmara: o projeto de uma arguição de relevância para o recurso especial.....	490
14.8	Juízo de mérito dos recursos excepcionais.....	491
14.8.1	Âmbito do julgamento de mérito dos recursos excepcionais.....	493
14.9	A falta de efeito suspensivo dos recursos excepcionais e a forma de concessão em eventual pedido de efeito suspensivo	494
14.10	Forma de interposição dos recursos excepcionais	496
15.	RECURSO ESPECIAL.....	499
15.1	Conceito.....	499
15.1.1	Histórico de criação do recurso especial.....	499
15.2	Hipóteses de cabimento.....	500
15.2.1	Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	501
15.2.2	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	503
15.2.3	Divergência de interpretação de direito federal	505
15.2.3.1	Necessidade do cotejo analítico sobre o dissídio jurisprudencial: requisito de admissibilidade específico dessa hipótese de cabimento.....	506
15.2.3.2	Possibilidade de a divergência ser de acórdão entre Tribunais de segundo grau.....	508
15.2.3.3	A confusão entre a alínea A e C do art. 105, III da CF.....	509
15.3	Rito repetitivo nos recursos excepcionais	510

15.3.1	O rito repetitivo como técnica de causa-piloto	512
15.3.2	A impossibilidade da parte de requerer o rito repetitivo	513
15.3.3	Decisão de afetação do rito repetitivo	514
15.3.3.1	Requisitos para a prolação da decisão de afetação: a atribuição do rito repetitivo.....	515
15.3.3.1.1	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais.....	516
15.3.3.1.2	Fundamento em idêntica questão de direito	517
15.3.3.1.3	Admissibilidade positiva do recurso para a concessão do rito repetitivo	518
15.3.3.2	A prolação da decisão de afetação do rito repetitivo ...	519
15.3.3.3	Competências para a decisão de afetação e a atribuição do rito repetitivo	520
15.3.3.4	Recursos representativos da controvérsia.....	523
15.3.3.4.1	A escolha dos recursos representativos da controvérsia	524
15.3.3.5	Efeitos e impactos da decisão de afetação.....	526
15.3.3.5.1	A suspensão dos processos afetados: impacto regional e federal da decisão de afetação ...	527
15.3.3.5.2	Prazo da suspensão dos processos afetados.....	529
15.3.3.5.3	A possibilidade de nova afetação por outro relator	530
15.3.3.5.4	A suspensão de cada processo e o requerimento de distinção	531
15.3.4	Processamento do julgamento do recurso especial repetitivo.....	533
15.3.4.1	A alteração da competência dos recursos representativos da controvérsia como resultado da decisão de afetação...	534
15.3.4.2	A formação de um contraditório ampliado para a tramitação do recurso excepcional repetitivo.....	534
15.3.4.3	Os legitimados para manifestação no rito repetitivo ...	535
15.3.4.3.1	A manifestação de terceiros sobre a matéria repetitiva: o <i>amicus curiae</i>	535
15.3.4.3.2	Participação da sociedade via audiências públicas	538
15.3.4.3.3	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores	540
15.3.4.3.4	A necessidade da manifestação do Ministério Público	540
15.3.4.4	Julgamento da controvérsia do rito repetitivo	541
15.3.4.4.1	Efeito cascata da decisão em recursos repetitivos nos processos afetados	542

15.3.4.4.2	A formação de um precedente judicial repetitivo vinculante para os processos futuros....	544
15.3.4.4.3	A desistência dos recursos representativos da controvérsia.....	545
15.3.4.4.4	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença	546
15.3.4.5	O recurso cabível do julgamento do recurso especial repetitivo representante da controvérsia.....	547
16.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	549
16.1	Conceito.....	549
16.2	Histórico do recurso extraordinário	550
16.3	Hipóteses de cabimento.....	552
16.3.1	Contrariar a Constituição Federal.....	553
16.3.2	Declarar inconstitucional tratado ou lei federal.....	554
16.3.3	Julgar válida lei local ou ato de governo local em face da Constituição Federal.....	555
16.3.4	Julgar válida lei local em face da lei federal	557
16.3.5	O objeto impugnável pelo recurso extraordinário.....	559
16.4	O requisito preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário: repercussão geral	559
16.4.1	A necessidade de demonstração da repercussão geral no recurso extraordinário	565
16.4.1.1	Possibilidades objetivas da repercussão geral	567
16.4.1.1.1	Contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.....	568
16.4.1.1.2	Tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal	569
16.4.1.1.3	O recurso extraordinário que impugna a decisão do incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR	569
16.4.2	Julgamento da repercussão geral.....	570
16.4.2.1	O contraditório ampliado na repercussão geral	571
16.4.2.1.1	A possibilidade da manifestação de terceiros na repercussão geral: o amicus curiae	571
16.4.2.1.2	Participação da sociedade via audiências públicas	574
16.4.2.1.3	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores	574
16.4.2.1.4	A necessidade da manifestação do Ministério Público	575

16.4.2.2	A decisão positiva da repercussão geral.....	575
16.4.2.2.1	Os efeitos da decisão da repercussão geral: decisão de afetação pelo relator	575
16.4.2.2.2	Os efeitos da repercussão geral positiva: suspensão dos processos com matéria idêntica	577
16.4.2.2.3	A decisão sobre a matéria recursal.....	578
16.4.2.2.3.1	A construção do efeito vinculativo da decisão de recurso extraordinário em regime de repercussão geral	579
16.4.2.2.3.2	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: a construção do efeito vinculativo sobre os recursos sobrestados no STF.....	580
16.4.2.2.3.3	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: o efeito vinculativo da decisão de mérito em regime de repercussão geral nos recursos em Tribunais anteriores	581
16.4.2.2.3.4	O novo art. 1.030 e a vinculação como precedente: negativa de seguimento ou juízo de retratação	582
16.4.2.2.3.5	O art. 1.042 e a impossibilidade de agravo em RE contrário ao entendimento firmado em repercussão geral.....	584
16.4.2.2.3.6	O efeito sob a matéria para os recursos vindouros.....	585
16.4.2.2.4	A desistência dos recursos representativos da controvérsia.....	586
16.4.2.2.5	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença	587
16.4.2.2.6	O argumento de autoridade da decisão de mérito em repercussão geral.....	588
16.4.2.2.6.1	A decisão de mérito proferida pelo pleno	588
16.4.2.2.6.2	A decisão de mérito proferida por turma.	589
16.4.2.3	A decisão negativa da repercussão geral.....	590
16.4.2.3.1	A impossibilidade do agravo interno sobre a negativa da repercussão geral.....	591
16.4.2.3.2	O efeito cascata aos recursos sobre a mesma matéria da repercussão geral negada	592
16.5	A função do STF, a repercussão geral e a necessária cultura de precedente judicial vinculante	593

17. AGRAVO CONTRA A DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO OU AGRAVO DO ART. 1.042	595
17.1 Conceito.....	595
17.2 Objeto da impugnação do agravo	598
17.2.1 O mérito do agravo em recurso especial ou extraordinário	599
17.3 Forma de interposição do agravo em recurso especial ou extraordinário ...	600
17.4 O efeito regressivo do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	601
17.5 O agravo na hipótese de interposição conjunta do recurso especial e recurso extraordinário	602
17.6 Processamento do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	603
17.7 O não cabimento do agravo do art. 1.042 contra decisão que nega admissibilidade por enquadramento em repetitivo ou repercussão geral.....	604
17.8 O agravo interno de distinção/superação: uma alteração na lei antes da vigência do CPC/2015	606
17.8.1 O recurso cabível da decisão do pleno sobre o agravo interno de distinção ou superação	608
17.9 O recurso excepcional com múltiplos pedidos, o juízo de admissibilidade por capítulos e a relação com o agravo do art. 1.042	611
17.9.1 A inadmissão de todos os capítulos	612
17.9.2 A admissibilidade de um capítulo e a inadmissibilidade de outro capítulo.....	612
17.9.3 O sobrestamento de um capítulo e a inadmissibilidade por outro capítulo.....	613
17.9.4 A inadmissibilidade por repetitivo ou repercussão geral em um capítulo e a inadmissibilidade por outro capítulo.....	614
18. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA (EM RE E RESP)	615
18.1 Conceito.....	615
18.2 Finalidade e adequação.....	615
18.3 Forma de interposição	617
18.3.1 O acórdão paradigma como requisito de admissibilidade: necessidade de comprovação da divergência e da similitude fática	618
18.3.2 Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de embargos de divergência de decisão monocrática.....	621
18.4 O intuito da uniformização de jurisprudência	622
18.5 A amplitude dos embargos de divergência	625
18.5.1 A divergência em direito material ou processual.....	628
18.5.2 A ampliação do cabimento para acórdão da mesma turma	628
18.5.3 A necessidade de fundamentação para negativa por distinção...	629

18.5.4	O julgamento dos embargos de divergência	631
18.5.4.1	A pacificação da divergência em qualquer resultado de julgamento	632
18.5.4.2	A competência interna dos Tribunais Superiores para o julgamento dos embargos de divergência.....	633
18.5.4.3	A possibilidade de julgamento conjunto de embargos de divergência da mesma matéria.....	634
18.5.4.4	A vinculatividade da decisão dos embargos de divergência?	635
18.5.4.5	Os embargos de divergência como um incidente de assunção de competência invertido?	637
18.6	O efeito interruptivo dos embargos de divergência.....	637
18.6.1	O prosseguimento do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência	639
18.6.2	Possibilidade de complementação do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência?.....	640
18.7	O processamento dos embargos de divergência.....	643
19.	PRECEDENTE JUDICIAL.....	645
19.1	O precedente judicial e sua formação.....	645
19.1.1	Os elementos formadores do precedente	648
19.1.1.1	A <i>ratio decidendi</i> do precedente.....	649
19.1.1.2	O <i>obiter dictum</i> do precedente	652
19.1.1.3	Técnicas de identificação da <i>ratio decidendi</i> do precedente	654
19.1.1.4	O elemento posterior do precedente: <i>stare decisis</i>	655
19.1.2	As diferenças entre <i>common law</i> e <i>civil law</i> e os precedentes no direito brasileiro.....	659
19.1.3	Precedente judicial como fonte do direito?.....	661
19.1.4	Conteúdo dos precedentes: declarativos ou criativos.....	662
19.1.5	Eficácia do precedente judicial	663
19.1.6	Os princípios constitucionais e os precedentes judiciais.....	666
19.2	O art. 926 e a sua importância no CPC/2015	673
19.2.1	A uniformização, a estabilidade e segurança jurídica	673
19.2.2	A coerência e integridade da jurisprudência	675
19.2.3	O art. 926 como um conjunto de normas complementares	677
19.2.4	O art. 927 e a sua força vinculante: um novo paradigma normativo	678
19.2.4.1	O art. 927 representa um rol taxativo/exaustivo de vinculação?	680

19.3	As espécies de precedentes judiciais no direito brasileiro.....	681
19.3.1	A jurisprudência e sua forma persuasiva	682
19.3.2	As súmulas – normais e vinculantes	684
19.3.3	Os precedentes formados pelo pleno ou órgão especial do Tribunal e a sua força vinculante.....	687
19.3.4	Os precedentes formados em casos repetitivos e a sua força vinculante.....	688
19.3.5	Os precedentes formados incidente de assunção de competência	690
19.4	A importância da fundamentação analítica nas decisões de formação de precedentes vinculantes	691
19.5	Técnicas de aplicação e de superação de precedentes.....	693
19.5.1	<i>Distinguishing</i>	694
19.5.2	Superação por <i>overruling</i>	697
19.5.2.1	<i>Anticipatory overruling</i>	698
19.5.2.2	<i>Signaling</i>	700
19.5.2.3	<i>Prospective overruling</i>	701
19.5.3	Superação por <i>overriding</i>	703
20.	INCIDENTES RECURSAIS.....	705
20.1	Incidente de assunção de competência.....	705
20.1.1	Conceito.....	705
20.1.2	Requisitos para a instauração do incidente.....	707
20.1.2.1	A ampliação da possibilidade do incidente	711
20.1.3	Legitimidade para a proposição do incidente.....	713
20.1.4	Da suscitação e do juízo de admissibilidade do IAC	714
20.1.5	Da decisão de afetação e a delimitação da questão de direito do IAC	716
20.1.6	Alteração da competência para o julgamento da questão de direito incidente e do recurso	719
20.1.7	A escolha do recurso ou processo representativo da controvérsia.....	719
20.1.8	A formação de um contraditório ampliado na tramitação do IAC	721
20.1.9	As manifestações dos interessados legitimados e o contraditório ampliado no IAC	724
20.1.10	O julgamento da matéria do IAC e das questões principais	727
20.1.11	As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IAC: interesse, questão recorrível, legitimidade e processamento.....	728

20.1.12	Vinculação para os juízes de primeiro grau e os órgãos fracionários do Tribunal do conteúdo da decisão do IAC.....	730
20.1.12.1	A possibilidade da utilização de reclamação.....	732
20.1.12.2	Revisão da tese jurídica.....	734
20.1.12.3	A desistência do processo representativo da controvérsia escolhido para o IAC.....	736
20.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	737
20.2.1	Conceito.....	737
20.2.1.1	Controle de constitucionalidade difuso.....	738
20.2.1.2	A necessidade da inconstitucionalidade como prejudicial de mérito.....	739
20.2.2	Legitimidade para suscitação do incidente.....	740
20.2.3	Julgamento da admissibilidade do incidente pelo órgão fracionário.....	741
20.2.4	Existe uma decisão de afetação no incidente de arguição de inconstitucionalidade?.....	742
20.2.4.1	A possibilidade de suspensão das demandas idênticas quando admitido o incidente.....	743
20.2.4.2	O contraditório ampliado: <i>amicus curiae</i> , Ministério Público, legitimados do art. 103 e pessoas jurídicas responsáveis pelos atos questionados.....	744
20.2.5	O processamento e o julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	746
20.2.5.1	A devolução do incidente julgada para o órgão fracionário originário.....	747
20.2.5.2	A irrecorribilidade da decisão do incidente: súmula 513 do STF.....	748
20.2.5.3	A recorribilidade da decisão da questão de fundo decidida pelo órgão originário com impugnação da decisão do incidente.....	748
20.2.6	O efeito da decisão do incidente: formação de precedente para demandas com a mesma questão constitucional.....	748
20.2.6.1	A impossibilidade de revisão de tese naquele Tribunal.....	750
20.2.6.2	A superação por decisão do STF em controle de constitucionalidade difuso ou concentrado.....	751
20.3	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	751
20.3.1	Conceito.....	751
20.3.1.1	Equívoco na nomenclatura: demandas ou questões repetitivas?.....	754

20.3.1.2	Técnica de julgamento por amostragem ou de tutela de direito coletivo?	755
20.3.2	Requisitos de cabimento para a instauração do incidente	756
20.3.2.1	Questão somente de direito	756
20.3.2.2	Multiplicidade efetiva de demandas com a mesma questão	758
20.3.2.3	Risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica: decisões divergentes	759
20.3.2.4	É requisito para a instauração do IRDR que exista processo com a questão de direito pendente no Tribunal?.....	760
20.3.3	A necessidade da conjunção de todos os requisitos de cabimento.....	761
20.3.4	IRDR: causa-piloto ou procedimento modelo?	762
20.3.5	A legitimidade para a suscitação do IRDR	764
20.3.6	O processamento do IRDR	766
20.3.6.1	O pedido suscitante do IRDR.....	766
20.3.6.2	A possibilidade de nova suscitação do IRDR.....	767
20.3.6.3	A impossibilidade de instauração quando a matéria está afetada por Tribunal Superior	768
20.3.6.4	A recepção, distribuição e o juízo de admissibilidade .	769
20.3.6.5	O efeito no processo originário do protocolo do pedido do IRDR: necessidade de petição de informação e impossibilidade de julgamento	770
20.3.6.6	A decisão de afetação do IRDR.....	772
20.3.6.6.1	A avocação pelo colegiado competente do processo base para o julgamento do IRDR.....	773
20.3.6.6.2	A suspensão dos processos com identidade material naquele Tribunal	774
20.3.6.6.3	A possibilidade de ampliação dos processos representativos da controvérsia	775
20.3.6.6.4	O processamento do IRDR com a definição do contraditório ampliado	776
20.3.6.6.5	A audiência pública no IRDR	777
20.3.6.6.6	Existe uma falta de representatividade de ausentes no IRDR?.....	778
20.3.6.6.7	A comunicação da suspensão aos órgãos julgadores e ao CNJ	780
20.3.6.6.8	A possibilidade de ampliação ou prorrogação da suspensão.....	781
20.3.6.6.9	A desistência e a inserção do Ministério Público	782

20.3.6.6.10	O prazo para o processamento do IRDR, a maturação analítica e a remessa para julgamento.....	783
20.3.6.7	Julgamento do IRDR.....	783
20.3.6.7.1	A sustentação oral no IRDR.....	783
20.3.6.7.2	O julgamento da questão de direito do IRDR.....	784
20.3.6.7.3	A cisão cognitiva do procedimento modelo.....	785
20.3.6.7.4	O julgamento dos processos representativos da controvérsia pelo mesmo colegiado competente pelo IRDR.....	786
20.3.6.7.5	O julgamento dos processos afetados suspensos: em primeiro grau e no Tribunal ..	787
20.3.6.7.6	Aplicabilidade da decisão do IRDR: após a prolação da decisão ou após o trânsito em julgado da decisão?.....	788
20.3.6.7.7	A comunicação da decisão do IRDR ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização de questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado	789
20.3.6.8	As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IRDR.....	789
20.3.6.8.1	Aplicabilidade da súmula 513 do STF e um modelo de recorribilidade idêntico ao existente no incidente de arguição de inconstitucionalidade?.....	790
20.3.6.8.2	A ressignificação de causa decidida pelo IRDR e sua recorribilidade excepcional ...	795
20.3.6.8.3	A conclusão pela recorribilidade excepcional da decisão que fixa a tese jurídica no IRDR.....	796
20.3.6.8.4	A legitimidade recursal excepcional da decisão que fixa a tese jurídica do IRDR.....	797
20.3.6.8.5	As peculiaridades dos recursos excepcionais sobre a decisão que fixa a tese jurídica no IRDR: efeito suspensivo automático e repercussão geral presumida.....	798
20.3.6.8.6	A recepção e tramitação do recurso excepcional sobre a decisão que fixa a tese jurídica como um recurso repetitivo.....	800

20.3.7	A formação de precedente para os processos futuros: a vinculação para os juízes de primeiro grau e dos órgãos fracionários do Tribunal pela decisão do incidente	802
20.3.7.1	A vinculação da decisão do Tribunal Superior sobre recurso impugnativo da tese jurídica fixada em IRDR	804
20.3.7.2	A necessidade de possibilitar o devido processo legal nos processos com possível aplicação do IRDR.....	806
20.3.8	Revisão da tese jurídica	807
20.3.9	O cabimento da reclamação.....	808
20.3.10	O caráter preparatório para uma repetição federal ou constitucional: a falácia sobre a aplicabilidade da decisão do IRDR.....	809
20.3.11	Inconstitucionalidade do IRDR?	811
20.3.12	O IRDR e a sua relação com os Juizados Especiais Cíveis.....	814
20.4	Reclamação.....	816
20.4.1	Conceito da reclamação.....	816
20.4.2	Natureza jurídica da reclamação	817
20.4.3	Hipóteses de cabimento da reclamação.....	818
20.4.3.1	A usurpação de competência	819
20.4.3.2	A garantia de autoridade.....	820
20.4.3.3	A garantia de observância dos precedentes.....	820
20.4.3.3.1	A Lei n. 13.256/2016 e o impacto na hipótese de não observância aos precedentes.....	824
20.4.4	Legitimidade da proposição da reclamação.....	826
20.4.5	Competência para a reclamação.....	827
20.4.6	Processamento da reclamação	828
20.4.7	Julgamento da reclamação.....	829
20.4.7.1	O cabimento de honorários advocatícios na reclamação?	829
20.4.8	As críticas e receios da ampliação do cabimento da reclamação	830
20.4.9	A reclamação pelas decisões não aplicadas pelas Turmas Recursais de juizados especiais: Resolução STJ/GP n. 3/2017	832
20.5	Conflito de competência.....	833
20.5.1	Conceito.....	833
20.5.2	Requisitos, pedido e legitimidade	835
20.5.3	A instrução processual do conflito de competência	835
20.5.4	O julgamento do conflito de competência	836
20.5.5	A competência para o julgamento do conflito de competência	837
20.6	Homologação de sentença estrangeira	837

20.6.1	Conceito.....	837
20.6.2	O objeto passível de homologação	838
20.6.3	Competência	839
20.6.4	Requisitos para a homologação de sentenças estrangeiras	840
20.6.5	Processamento da ação de homologação de sentenças estrangeiras	841
20.6.5.1	O julgamento do caráter <i>exequatur</i> da carta rogatória	842
20.6.6	A competência para a execução da sentença homologada	844
21.	AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO.....	845
21.1	Distinção entre as ações autônomas de impugnação de decisão e os recursos	845
21.2	Ação rescisória	846
21.2.1	Conceito.....	846
21.2.2	Natureza jurídica da ação rescisória	847
21.2.3	Objeto rescindendo: decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática ou acórdão	848
21.2.3.1	Objeto rescindendo sem mérito: exceções de cabimento da ação rescisória	850
21.2.3.2	Amplitude da impugnação: ação rescisória total ou parcial	852
21.2.3.2.1	Os capítulos da decisão e a ação rescisória	853
21.2.3.2.2	A decisão parcial de mérito e a ação rescisória.....	854
21.2.3.2.3	A ação rescisória de decisão prejudicial transitada em julgado.....	855
21.2.3.2.4	Ações rescisórias em uma mesma demanda sobre decisões de mérito diversas ou coisa julgada progressiva.....	856
21.2.3.3	Os atos homologados pelo juízo e a ação anulatória....	857
21.2.4	Hipóteses de cabimento da ação rescisória.....	860
21.2.4.1	Crimes do juiz nos autos.....	860
21.2.4.2	Juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente..	862
21.2.4.3	Dolo processual ou colusão entre as partes.....	865
21.2.4.4	Ofensa à coisa julgada	867
21.2.4.5	Violação manifesta de norma jurídica	870
21.2.4.6	Decisão fundada em prova falsa	873
21.2.4.7	Prova nova	876
21.2.4.8	Erro de fato	878

21.2.4.9	A hipótese escondida da ação rescisória: a coisa julgada inconstitucional.....	879
21.2.5	Pressupostos da ação rescisória	881
21.2.5.1	Objeto da ação rescisória: decisão	882
21.2.5.2	Coisa julgada e, em regra, material.....	882
21.2.5.3	A existência de vícios na decisão impugnada: hipóteses do art. 966	884
21.2.5.4	Prazo para interposição ou proposição.....	884
21.2.6	Legitimidade da ação rescisória	887
21.2.6.1	Legitimidade ativa da ação rescisória.....	888
21.2.6.2	Legitimidade passiva da ação rescisória	889
21.2.7	Competência para o julgamento da ação rescisória.....	891
21.2.8	O processamento da ação rescisória	892
21.2.8.1	A petição inicial da ação rescisória	892
21.2.8.2	A emenda a inicial com base no art. 968, § 5º: a emenda pela competência equivocada.....	894
21.2.8.3	A possibilidade do pedido de tutela provisória	896
21.2.8.4	A possibilidade de improcedência liminar do pedido	897
21.2.8.5	A instrução processual	898
21.2.9	O julgamento da ação rescisória.....	899
21.2.9.1	O julgamento da ação rescisória e o art. 942: técnica de julgamento não unânime	900
21.2.10	Os recursos cabíveis do julgamento da ação rescisória	901
21.2.11	A ação rescisória da ação rescisória.....	902
21.3	Ação declaratória de inexistência – <i>querella nullitatis insanabilis</i>	902
21.3.1	Conceito.....	902
21.3.2	Natureza jurídica da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	905
21.3.3	Objeto da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	907
21.3.3.1	Imprescritibilidade da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	908
21.3.4	Legitimidade e competência	908
21.3.5	Hipóteses de cabimento da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	910
21.3.6	Fungibilidade entre a <i>querela nullitatis insanabilis</i> e a ação rescisória.....	911
21.4	Mandado de segurança contra decisão irrecorrível	912
21.4.1	Conceito.....	912
21.4.2	Admissibilidade e legitimidade	913
21.4.3	Competência	914
21.4.4	Hipóteses de cabimento.....	915
21.4.5	Processamento do mandado de segurança	917
21.4.6	Outras formas de ações autônomas	918

22. SUCEDÂNEOS RECURSAIS.....	921
22.1 Conceito de sucedâneos recursais.....	921
22.2 Pedido de reconsideração.....	921
22.2.1 O pedido e a sua relação com preclusão.....	923
22.3 Correição parcial	925
22.4 O pedido de suspensão de segurança	927
22.4.1 Suspensão de segurança como sucedâneo recursal	928
22.4.2 Legitimidade e competência para o pedido de suspensão de segurança.....	928
22.4.3 Hipóteses de cabimento da suspensão de segurança.....	929
22.4.4 O processamento do pedido de suspensão de segurança	931
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	933